HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE PROFESSORAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR: PRESENÇAS E AUSÊNCIAS NA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Luísa Della Volpe Gonçalves e Bianca Jo Silva

Apoio:PIVIC Mackenzie

RESUMO

A presente pesquisa tem a finalidade de contribuir com a discussão a respeito da presença das mulheres na docência no Ensino Superior. A partir de dados quantitativos, traça-se um panorama da distribuição das docentes mulheres nas diferentes áreas de conhecimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), sendo objetivo dessa Iniciação Científica analisar a proporção de professores e professoras previstos no corpo docente de todas as unidades acadêmicas da UPM para fins de comparação com a situação atual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UPM. A metodologia aplicada foi a coleta de dados a partir do site da UPM, de todos os cursos de ensino superior disponíveis no momento da coleta (agosto de 2025), classificados em unidades acadêmicas (FAU, CCSA, CCBS, FCI, CCL, FD, EE, CEFT), a tabulação dos dados e o cálculo das proporções de mulheres em cada curso de cada unidade acadêmica. Utilizando a porcentagem de mulheres no curso de Arquitetura e Urbanismo (40,26%) como métrica de referência em relação aos demais resultados obtidos, observou-se que mais de 64% dos cursos analisados tem porcentagem de professoras menor do que o valor de referência. Assim, mais do que identificar quem ocupa a sala de aula, torna-se necessário compreender como essa composição influencia na construção do conhecimento de fato, de quais arquiteturas serão lembradas, estudas e reconhecidas.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo, docência**,** mulheres.

ABSTRACT

The aim of this research is to contribute to the discussion regarding the presence of women in higher education teaching. Using quantitative data, an overview is provided of the distribution of female lecturers across the different fields of study at Mackenzie Presbyterian University (UPM); the objective of this research project is to analyse the proportion of male and female lecturers within the academic staff of all academic units at UPM, for the purpose of comparing it with the current situation at the Faculty of Architecture and Urbanism at UPM. The methodology involved collecting data from the UPM website on all undergraduate courses available at the time of data gathering process (August 2025), categorised by academic unit (FAU, CCSA, CCBS, FCI, CCL, FD, EE, CEFT), tabulation of data and calculation of the proportions of women on each course within each academic unit. Using the percentage of

women on the Architecture and Urbanism course (40.26%) as a reference metric against the other results obtained, it was observed that over 64% of the courses analyzed had a lower percentage of female lecturers than the benchmark. That is, rather than simply identifying who is in the classroom, it is necessary to understand how this composition influences the construction of knowledg, which architectural works will be remembered, studied and recognized.

Keywords: Architecture and Urbanism, teaching, women

1. INTRODUÇÃO

A presente Iniciação Científica integra o Projeto de Extensão “Por elas: histórias e memórias de professoras, arquitetas e urbanistas”, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-UPM). O projeto surge do questionamento em relação a exponencial predominância de mulheres no corpo discente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UPM e a permanência de uma predominância histórica de homens no corpo docente do curso. Isto posto, emerge o questionamento quanto a compatibilidade do que é ensinado e a quem é ensinado, considerando questões de representatividade. Observa-se, de forma empírica, a predominância do ensino sobre histórias e obras de arquitetos e urbanistas homens, ainda que haja um alto índice — e crescente — de mulheres no corpo discente. Com o objetivo de investigar as razões para este fato, tal pesquisa propôs-se a analisar a proporção entre docentes mulheres e homens do curso.

No corpo docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, há 154 docentes no total. Contudo, apenas 40,26% destes são mulheres (UPM, 2025) No Censo de 2020 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo Brasil (CAU BRASIL, 2020), mostrou-se que 58% de profissionais de Arquitetura e Urbanismo cadastrados no país são mulheres. O senso já mostrou a predominância feminina no cadastro do CAU, de modo que há mais mulheres no mercado de trabalho no ramo de Arquitetura e Urbanismo em relação a homens. Entretanto, no âmbito acadêmico, em que se há o prestígio de formar as futuras gerações da profissão, transmitindo o conhecimento adquirido com os anos de estudo e prática, mostra-se a predominância masculina.

Tal questão extrapola a dimensão estatística da desigualdade de gênero. A docência universitária constitui um espaço privilegiado de produção, legitimação e circulação do conhecimento. São os docentes que selecionam bibliografias, definem conteúdos programáticos, estabelecem os referenciais projetuais considerados exemplares e contribuem para a consolidação do cânone disciplinar. Assim, discutir quem ocupa esses espaços significa também discutir quais narrativas são preservadas, quais sujeitos são reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento e quais histórias permanecem invisibilizadas.

Essa discussão aproxima-se do conceito de representatividade, compreendido não apenas como presença numérica de determinados grupos sociais, mas como condição para que diferentes experiências, perspectivas e produções intelectuais sejam reconhecidas e incorporadas aos processos de construção do conhecimento. Conforme argumenta Djamila Ribeiro (2019), o debate acerca do lugar de fala não se restringe à identidade dos sujeitos, mas evidencia que determinados grupos historicamente ocuparam posições privilegiadas de enunciação, enquanto outros tiveram suas vozes sistematicamente silenciadas. No campo da

Arquitetura e Urbanismo, essa lógica manifesta-se na historiografia da profissão, nos currículos universitários e na constituição do próprio repertório disciplinar, ainda fortemente centrado em arquitetos homens.

À vista dessas questões, o Projeto de Extensão “Por elas: histórias e memórias de professoras, arquitetas e urbanistas”, tem por objetivo reescrever a história do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie a partir da perspectiva das mulheres educadoras, oferecendo-as a visibilidade. Acredita-se que o registro de quem foi ou são professoras é de extrema relevância, pois eterniza a presença dessas mulheres na história da Arquitetura e Urbanismo, já que a lista do corpo docente disponibilizada publicamente é constantemente atualizada e não deixa registros, o que dificulta traçar a história dessas mulheres responsáveis pela formação de tantos profissionais da área de arquitetura e urbanismo.

Para qualificar tal investigação, acredita-se que seja de grande importância a compreensão do contexto da presença das mulheres professoras no ensino superior em escala ampliada, ou seja, se faz necessário comparar a realidade da FAU-UPM com uma diversidade maior de cursos. Além disso, como a UPM está inserida no panorama brasileiro, a realidade analisada não é uma especificidade da FAU nem da UPM, mas historicamente presente no Brasil todo.

> “Os diversos estereótipos atribuídos aos gêneros moldam, definitivamente, o significado atribuído às ocupações e às carreiras, pois é comum o entendimento de que há carreiras mais afeitas às mulheres e carreiras propriamente masculinas. Como consequência, o gênero também influencia no valor social atribuído às ocupações no mercado de trabalho e atua do mesmo modo na universidade, onde as mulheres, ainda que presentes em número crescente, não se distribuem de modo uniforme pelas diferentes ‘vocações’” (BARRETO, 2014).

Durante séculos, o acesso feminino à educação formal, ao ensino superior, à pesquisa científica e à pós-graduação foi limitado por estruturas patriarcais que lhes atribuíam quase exclusivamente as responsabilidades relacionadas ao cuidado e à reprodução da vida cotidiana. Ainda hoje, a literatura sobre divisão sexual do trabalho demonstra que mulheres acumulam jornadas significativamente superiores às dos homens em atividades domésticas e de cuidado, condição que impacta diretamente as possibilidades de qualificação acadêmica, produção científica e ascensão profissional (HIRATA; KERGOAT, 2007; FEDERICI, 2019; SAFFIOTI, 2013).

Assim, a pesquisa se propõe a levantar e analisar a presença e a ausência de professoras mulheres nos demais cursos da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tal abordagem justifica-se pelo fato de serem observadas especificidades referentes a cada curso ou Unidade Acadêmica. A hipótese desta pesquisa é que a desigualdade observada na FAU-UPM constitui manifestação de um fenômeno estrutural presente no ensino superior brasileiro, embora se expresse de maneiras distintas entre as diferentes áreas do conhecimento.

À vista do que foi exposto acima, a invisibilidade e apagamento da história das mulheres arquitetas e urbanistas que lecionaram nos cursos de Arquitetura e Urbanismo é notório. Afinal, quando se trata do processo pedagógico de ensino e aprendizagem, de disponibilização, compartilhamento e construção de repertórios de referências, os projetos apresentados são, em sua maioria, daqueles assinados por homens, dado que são eles que predominam na docência e nos respectivos cargos de poder, os quais definem o currículo "apropriado" a ser lecionado. Observa-se a citação de algumas mulheres arquitetas e urbanistas, mas é evidente que são consideradas exceções ou excepcionalidades, dentro do campo — Lina Bo Bardi e Zaha Hadid são exemplos.

Rebecca Solnit (2017) contribui para essa reflexão ao discutir os mecanismos históricos pelos quais o conhecimento produzido por mulheres é frequentemente desacreditado, invisibilizado ou considerado secundário em relação ao produzido por homens. Essa dinâmica não apenas influencia a valorização da produção intelectual feminina, mas também repercute diretamente nos espaços acadêmicos, onde autoridade, prestígio e legitimidade continuam sendo distribuídos de forma desigual.

Ou seja, apenas quando uma mulher alcança uma repercussão internacional, canônico, indiscutível, é que a presença é considerada no conteúdo programático. Portanto, acredita-se que estudar, analisar e registrar os dados sobre as professoras mulheres que lecionam nos cursos de Arquitetura e Urbanismo são a chave para compreensão do cenário social e intelectual no qual os cursos e as universidades estão inseridos. E, não obstante, questionar com embasamento acerca das proporções incoerentes encontradas nas salas de aula, acredita-se que é uma questão de representatividade.

Por fim, esta pesquisa insere-se em um movimento mais amplo de revisão crítica da historiografia da Arquitetura e Urbanismo, aproximando-se das contribuições de Ana Gabriela Godinho Lima (2004), cuja produção evidencia os mecanismos de invisibilização das arquitetas brasileiras ao longo da história da profissão. Registrar, analisar e divulgar a trajetória das professoras que contribuíram para a formação da FAU-UPM significa, portanto, não apenas preservar uma memória institucional frequentemente negligenciada, mas também

questionar os processos históricos que determinaram quais sujeitos seriam reconhecidos como protagonistas da produção arquitetônica e acadêmica brasileira.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a proporção de professores e professoras previstos no corpo docente de todas as unidades acadêmicas da UPM para fins de comparação com a situação atual da FAU-UPM. Ao analisar a distribuição de mulheres no corpo docente dos cursos de graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, busca-se compreender de que maneira essa distribuição expressa desigualdades históricas de gênero presentes no ensino superior brasileiro e como essas desigualdades se refletem, particularmente, na formação em Arquitetura e Urbanismo.

Especificamente, pretende-se: (i) identificar a proporção de professoras nos diferentes cursos e Unidades Acadêmicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie; (ii) comparar os resultados obtidos com a realidade observada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UPM); (iii) analisar a distribuição das mulheres docentes à luz da literatura sobre gênero, divisão sexual do trabalho, representatividade e produção do conhecimento.

A metodologia aplicada foi a documental, de abordagem quantitativa e caráter exploratório, complementada por revisão bibliográfica de natureza qualitativa. A primeira etapa da pesquisa constituiu na coleta de dados a partir do site da Universidade Presbiteriana Mackenzie[1], de todos os cursos de ensino superior. A Universidade organiza os cursos em Unidades Acadêmicas, a saber: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) — que concentra os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Design; Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) — que concentra os cursos de Administração, Administração (Gestão de Comércio Exterior), Ciências Contábeis e Ciências econômicas; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) — que concentra os cursos de Ciências Biológicas, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia; Faculdade de Computação e Informática (FCI) — que concentra os cursos de Ciência da Computação e Sistemas de Informação; Centro de Comunicação e Letras (CCL) — que concentra os cursos de Cinema e Audiovisual, Jornalismo, Letras e Publicidade e Propaganda; Faculdade de Direito (FD) — que concentra o curso de Direito; Escola de Engenharia (EE) — que concentra os cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia da Computação, Engenharia Química, Engenharia Mecânica e Química; Centro de Educação, Filosofia, e Teologia (CEFT) — que concentra os cursos de Pedagogia e Teologia.

[1] Todos os dados coletados da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) são referentes ao Campus Higienópolis.

2.1. A distribuição de mulheres docentes nas diferentes áreas do conhecimento

Realizou-se a tabulação dos dados e o cálculo das proporções de mulheres em cada curso de cada unidade acadêmica, é importante ressaltar que a distinção de gênero foi inferida a partir dos tratamentos “prof” ou “prof(a)” inseridos nos títulos dos referidos. Utilizou-se como métrica de referência a porcentagem de mulheres no curso de Arquitetura e Urbanismo (40,26%) para analisar os demais.

Tabela 1 – Proporção de mulheres no corpo docente dos cursos da UPM: agosto de 2025

CURSO	%MULHERES
ARQUITETURA E URBANISMO	40,26%
DESIGN	36,84%
ADMINISTRAÇÃO	34,25%
ADMINISTRAÇÃO (GESTAO COMERCIO EXTERIOR)	41,94%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	35,71%
CIÊNCIAS ECONOMICAS	19,35%
CIÊNCIAS BIOLOGICAS	50,00%
FARMÁCIA	58,33%
FISIOTERAPIA	66,67%
NUTRIÇÃO	73,91%
PSICOLOGIA	50,70%
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	29,23%
SISTEMA DE INFORMAÇÃO	27,94%
CINEMA E AUDIOVISUAL	36,00%
JORNALISMO	21,74%
LETRAS	75,00%
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	41,07%
DIREITO	31,46%
ENGENHARIA CIVIL	37,25%
ENGENHARIA DE MATERIAIS	28,57%
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	28,57%
ENGENHARIA ELÉTRICA	24,32%
ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	28,57%
ENGENHARIA QUÍMICA	33,33%
ENGENHARIA MECÂNICA	16,67%
QUÍMICA	31,25%
PEDAGOGIA	61,90%
TEOLOGIA	6,67%

Fonte: elaborada pelo autor com base nas informações divulgadas no site da UPM (acesso em agosto de 2025)

Como mencionado anteriormente, a métrica de análise será o curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU-UPM, que há 40,26% de mulheres compondo o corpo docente. Porcentagens abaixo dessa será considerada um resultado negativo e, acima, resultado positivo.

Resultados negativos apresentaram-se nos seguintes cursos: Design, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciência da Computação, Sistema de Informação, Cinema e Audiovisual, Jornalismo, Direito, todos os cursos de engenharia, Química e Teologia; isto é, 64% dos cursos da UPM. Resultados positivos apresentaram-se nos seguintes cursos: Administração (Gestão de Comércio Exterior), todos os cursos da CCSB (Ciências Biológicas, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia), Letras, Publicidade e Propaganda e Pedagogia, ou seja, 36% dos cursos da UPM. Os resultados evidenciam que a presença feminina na docência não ocorre de maneira homogênea entre os diferentes campos do conhecimento. Ao contrário, observa-se uma distribuição bastante desigual, indicando que determinados cursos permanecem predominantemente masculinos enquanto outros apresentam maioria feminina.

Além da análise contemporânea, realizou-se uma investigação histórica da composição do corpo docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie a partir de documentos disponibilizados pelo Centro Histórico Cultural Mackenzie (CHCM). Foi possível definir o contexto e a trajetória da Universidade. Sendo os cortes históricos: 1949-1950 — o ano próximo ao que a faculdade de Arquitetura foi inaugurada, 1987 — o ano entre a inauguração e o presente ano de análise e, por fim, 2025 — o presente ano de análise. A comparação entre esses momentos possibilitou identificar permanências e transformações na participação das mulheres na docência universitária ao longo de aproximadamente oito décadas.

A metodologia aplicada à coleta de dados de todos os cursos de ensino superior foi diferente aos documentos de 1949 e 1987 em relação ao de 2025 por conta da particularidade de cada documento analisado. Os documentos do ano letivo de 1949-1950 e o de 1987 foram emitidos pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie e, para a tabulação dos dados e o cálculo das proporções de mulheres em cada curso do ensino superior, a distinção de gênero foi inferida a partir dos prenomes, desconsiderando-se casos cuja identificação não fosse possível com segurança. Se fez necessário inferir dessa forma, pois os documentos não utilizam substantivos que diferenciam os gêneros dos indivíduos. Em contraste a esses documentos emitidos pelo Instituto, o de 2025 (tabela 2) foi obtido a partir da realização da média aritmética das porcentagens de mulheres dos cursos — que compõem cada Unidade Acadêmica (UA)— indicados na tabela 1.

Tabela 2 – Proporção de mulheres no corpo docente das unidades acadêmicas da UPM: agosto de 2025

UA	FAU	CCSA	CCBS	FCI	CCL	FD	EE	CEFT
MULHERES %	38,55%	34,98%	58,33%	28,59%	38,54%	31,46%	28,57%	34,2%

Fonte: elaborada pelo autor com base nas informações divulgadas no site da UPM (acesso em agosto de 2025)

Tabela 3 – Proporção de mulheres no corpo docente dos cursos da UPM: 1949

CURSO	Arquitetura	Filosofia	Física e Matemática	Geografia e História	Escola de Engenharia	Línguas Clássicas e de Letras Novi-Latinas
MULHERES %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: elaborada pelo autor com base nas informações divulgadas pelos documentos do acervo do CHCM, 2026.

Tabela 4 – Proporção de mulheres no corpo docente das faculdades da UPM: 1987

FACULDADE	Arquitetura e Urbanismo	Tecnologia	Comunicação e Artes	Direito	Ciências Exatas e Experimentais	Escola de Engenharia	Letras e Educação
MULHERES %	9,43%	25,58%	64,00%	20,00%	36,92%	10,59%	60,61%

Fonte: elaborada pelo autor com base nas informações divulgadas pelos documentos do acervo do CHCM, 2026.

Como houve modificação dos cursos disponibilizados no decorrer do tempo, a análise será feita de acordo com os campos de conhecimento que os cursos se inserem, sendo assim os cursos de 1949 e 1987 serão equiparados às atuais Unidades Acadêmicas da UPM. Em 1949, Filosofia, Línguas Clássicas e de Letras Novi-Latinas e História e Geografia equivalem ao CEFT, Física e Matemática e Escola de engenharia englobariam a atual EE e Arquitetura seria a FAU. Em 1987, Letras e Educação equivalem ao CEFT, Ciências Exatas e Experimentais e Escola de Engenharia englobariam a atual EE, Comunicação e Artes equivalem ao CCL, Direito à FD, Arquitetura e Urbanismo à FAU e Tecnologia à FCI.

A Faculdade de Arquitetura na UPM foi inaugurada em 1947, porém o documento que havia o corpo docente da Faculdade com data mais próxima à inauguração é de 1949. Observa-se que em 1949 não havia nenhuma mulher no corpo docente e a quantidade e diversidade de cursos era menor. Em 1987, observa-se que apesar do crescimento da Universidade, da quantidade e diversidade de cursos e da quantidade de mulheres no corpo docente, o curso de Arquitetura e Urbanismo e a Escola de Engenharia — cursos mais antigos e consolidados — são os com menor percentual de mulheres e o de Comunicação e Artes e Letras e Educação são os com maior percentual.

A masculinização das engenharias se explica historicamente pela origem associada às escolas militares, onde preparavam os homens para postos de comando no século XIX. Contudo, a manutenção do pensamento de que as engenharias são cursos destinados aos

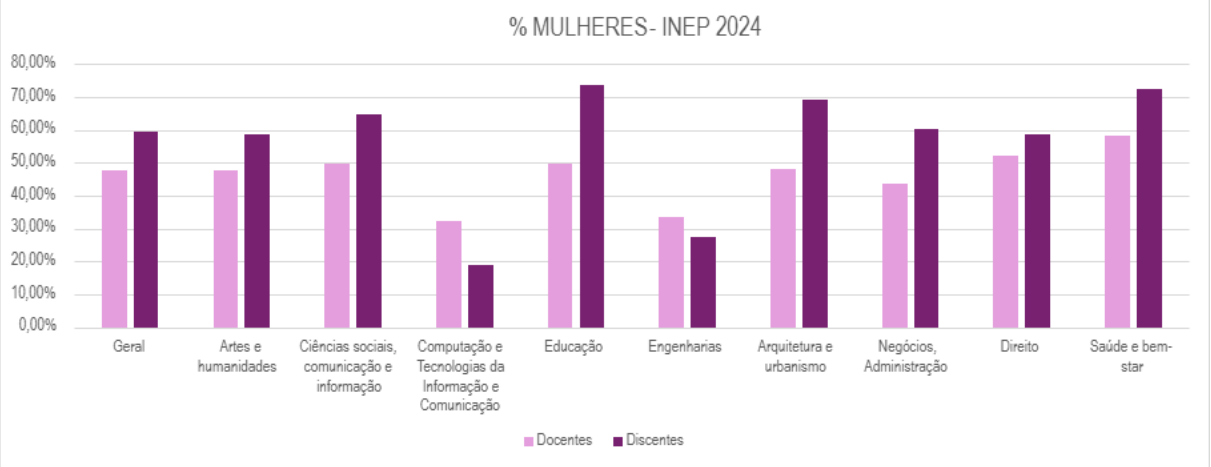
homens provém da característica de liderança de equipes na engenharia civil, visto que tal não se alinha às determinadas “vocações” femininas. Com isso, a feminilização das engenharias foi tardia em comparação a outros cursos, ela começou no final da década de 90, e não ocorreu de maneira uniforme entre as vertentes das engenharias, a presença feminina destaca-se nas especialidades que não se trabalha a céu aberto, como a engenharia química (BRUSCHINI E LOMBARDI, 1999). Além disso, a baixa participação feminina na engenharia se deve também às discriminações de gênero em ambientes acadêmicos e profissionais (LOMBARDI, 2005).

A feminilização da Arquitetura ocorreu em concomitância às modificações que ocorreram no curso nos anos 70 e 80, quando deixou de ser produzido pelas, e às, elites e passou a ser voltado a construção de moradias de interesse social e desenvolvimento de objetos decorativos (BRUSCHINI E LOMBARDI, 1999). Até a década de 40 o curso de arquitetura era majoritariamente vinculado às faculdades de engenharia, porém com o surgimento das faculdades de arquitetura — sendo a da UPM pioneira da cidade de São Paulo — a Arquitetura passou a se vincular às artes. Bruschini e Lombardi (1999) supuseram que esse era um dos motivos de o curso ter se tornado uma escolha feminina. Não obstante, cinco décadas após essas transformações no curso, o corpo docente e, por conseguinte, o conteúdo programático da FAU-UPM permanecem masculinizados e privilegiando os homens e seus legados.

Os resultados do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde mencionados anteriormente foram os que mais se destacaram pela unanimidade dos cursos apresentarem resultados positivos em relação ao valor de referência. Todavia, no panorama histórico feito da UPM não foi possível deduzir nenhuma análise, visto que até 1987 não havia nenhum curso que remetesse a essa área do saber. Dessa forma, para buscar entender melhor esses resultados, se faz necessário uma comparação da UPM à realidade universitária brasileira de maneira geral.

Além da análise da UPM, realizou-se uma investigação mais macro da composição do corpo docente das grandes áreas do conhecimento a partir de dados levantados e disponibilizados pelo INEP (2024). Foi possível compreender o contexto da docência universitária brasileira a partir da comparação da porcentagem de discentes mulheres com a porcentagem de docentes mulheres (gráfico 1). A partir disso, é possível analisar se há compatibilidade quanto ao que é ensinado e a quem é ensinado, considerando questões de representatividade.

Gráfico 1 – Proporção de mulheres no corpo docente e discentes das universidades brasileiras: INEP 2024



Fonte: elaborada pelo autor com base nas informações divulgadas pelo INEP (2024).

A comparação entre as diferenças das proporções de mulheres possibilitou identificar que a majoritária das áreas do conhecimento e cursos analisados tem proporção de mulheres no corpo discente superior à proporção no corpo docente. Ou seja, a incompatibilidade mencionada anteriormente não se restringe apenas à FAU-UPM, nem à UPM, mas é uma questão do Brasil, sendo então um reflexo sociocultural.

Ademais, quando as mulheres conseguem compor o corpo docente de forma mais substancial, existe outra barreira a ser discutida que é conseguirem alcançar um cargo de poder. Na hierarquia da UPM esse cargo seria referente aos coordenadores dos cursos ou diretores das unidades acadêmicas. Nessa pesquisa, foram analisados 28 cursos, apenas 12 deles há uma coordenadora mulher (42%). Ainda, tendo em vista que a diretoria da Unidade Acadêmica é um cargo de maior prestígio e poder, os resultados são ainda piores, pois dentre as oito UA, apenas uma diretora é mulher — da Faculdade de Computação e Informática, representando apenas 12,5%.

Entretanto, reconhece-se que a análise da representatividade feminina não pode restringir-se à comparação entre percentuais. Esses resultados evidenciam a permanência da chamada segregação horizontal do trabalho, fenômeno pelo qual homens e mulheres tendem a concentrar-se em áreas profissionais distintas em decorrência de processos históricos, culturais e sociais, e não de capacidades naturais.

2.2. Gênero, divisão sexual do trabalho e produção do conhecimento

A literatura sobre gênero demonstra que a distribuição de homens e mulheres entre diferentes profissões constitui resultado de uma construção histórica profundamente marcada pelo patriarcado. Conforme argumenta Andreia Barreto (2014), os estereótipos socialmente atribuídos aos gêneros influenciam diretamente as escolhas profissionais, fazendo com que

determinadas ocupações sejam culturalmente percebidas como "femininas", enquanto outras permanecem associadas à masculinidade.

Essa lógica aparece claramente nos resultados obtidos nesta pesquisa. Os cursos com maior percentual de professoras pertencem majoritariamente às áreas relacionadas ao cuidado, à educação e à saúde, como Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Farmácia e Fisioterapia. Historicamente, essas profissões foram socialmente vinculadas às características consideradas "naturais" das mulheres, como cuidado, sensibilidade, acolhimento e dedicação ao outro. Por outro lado, cursos ligados às engenharias, computação, economia e outras áreas técnicas permanecem predominantemente masculinos.

Tal distribuição não decorre de diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas da construção social da divisão sexual do trabalho, conforme discutem Hirata e Kergoat (2007). As autoras demonstram que as sociedades modernas atribuem às mulheres a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo — cuidado da casa, dos filhos, dos idosos e da manutenção da vida cotidiana — enquanto os homens permanecem mais disponíveis para o trabalho produtivo e para a construção de carreiras profissionais. Essa desigualdade repercute diretamente na carreira acadêmica.

A obtenção de títulos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, assim como a produção científica contínua, a participação em congressos, bancas e grupos de pesquisa, exige disponibilidade de tempo, mobilidade e dedicação integral. Entretanto, diversos estudos demonstram que mulheres continuam acumulando jornadas significativamente superiores às dos homens em atividades domésticas e de cuidado, reduzindo suas possibilidades de ascensão acadêmica (FEDERICI, 2019; SAFFIOTI, 2013).

Desde as mitologias gregas, há registros do pensamento que o poder da mulher é visto como ilegítimo, a exemplo da Medusa. Dessa forma, para as excepcionais mulheres que chegam a um cargo de poder, observa-se comportamentos masculinizados a fim de serem legitimadas à posição conquistada. Além disso, outro ponto abordado importante de se destacar é que quando as mulheres chegam no poder “são vistas como tendo ultrapassado os limites ou se apossado de algo que não tem direito” (BEARD, 2018, p.47). E quando em um ambiente considerado de prestígio e poder há uma maioria feminina, como o caso do Parlamento de Ruanda, conclui-se que na verdade não é ali que verdadeiramente está o poder de tomadas de decisão, visto que em uma estrutura que já está codificada como masculina, não é possível inserir mulheres com facilidade (*idem*, 2018).

Nesse sentido, a menor participação feminina na docência universitária não pode ser apenas interpretada como consequência da ausência de qualificação das mulheres, mas

como resultado de estruturas sociais que distribuem desigualmente tempo, recursos, oportunidades e reconhecimento entre homens e mulheres.

2.3. Representatividade e legitimidade do conhecimento

A presença de professoras na universidade possui implicações diretas sobre os processos de produção, seleção e transmissão do conhecimento. Os docentes não apenas ministram disciplinas; são também responsáveis por selecionar bibliografias, elaborar planos de ensino, orientar pesquisas e definir quais obras e autores serão apresentados como referências para as futuras gerações de profissionais.

Sob essa perspectiva, a representatividade deixa de ser compreendida apenas como uma questão de proporcionalidade estatística e passa a constituir elemento fundamental da construção do conhecimento científico. Djamila Ribeiro (2019) argumenta que determinados grupos historicamente ocuparam posições privilegiadas de fala e legitimidade, enquanto outros tiveram suas contribuições sistematicamente invisibilizadas.

Na Arquitetura e Urbanismo, essa lógica manifesta-se na própria historiografia da disciplina. A maior parte dos livros, das referências projetuais e das narrativas tradicionais privilegia arquitetos homens, fazendo com que arquitetas frequentemente apareçam como exceções ou figuras extraordinárias, e não como participantes permanentes da construção da profissão. Rebecca Solnit (2017) acrescenta que a autoridade intelectual foi historicamente atribuída aos homens, enquanto o conhecimento produzido por mulheres frequentemente precisou superar obstáculos adicionais para alcançar reconhecimento.

Essa reflexão aproxima-se das contribuições de Ana Gabriela Godinho Lima (2004), cujas pesquisas evidenciam que a invisibilidade das arquitetas brasileiras não decorre da inexistência de suas produções, mas dos mecanismos historiográficos que privilegiaram determinadas trajetórias em detrimento de outras. Assim, discutir a distribuição das mulheres na docência universitária significa também discutir quem produz a história da arquitetura e do urbanismo, quem define os referenciais ensinados e quais sujeitos permanecem ausentes da memória institucional da profissão.

É preciso reconhecer que a universidade não constitui um espaço neutro, mas é atravessada por relações históricas de poder que influenciam diretamente quem ensina, quem pesquisa, quem ocupa cargos de liderança e quem legitima conhecimentos que serão transmitidos e influenciarão o futuro da profissão. Ou seja, mais do que identificar quem ocupa a sala de aula, torna-se necessário compreender como essa composição influencia na construção do conhecimento de fato, de quais arquiteturas serão lembradas, estudas e reconhecidas.

Quando estudantes percorrem cinco anos de graduação conhecendo predominantemente arquitetos homens, constrói-se, ainda que de maneira inconsciente, a percepção de que os grandes protagonistas da arquitetura e do urbanismo sempre foram homens. Ampliar a representatividade de mulheres na docência universitária não significa apenas promover equidade de gênero, significa ampliar as possibilidades de construção do conhecimento, incorporar trajetórias não homogêneas, historicamente invisibilizadas. Trata-se de reconhecer que a democratização da universidade passa também pela democratização das narrativas que a constituem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que a desigualdade observada na FAU-UPM é reflexo de um fenômeno estrutural presente no ensino superior brasileiro. As mulheres já representam a maior parcela de discentes no censo de 2024 do INEP, porém permanecem a menor parcela do corpo docente. Ainda, quando se analisa as áreas do saber individualmente e as compara, percebe-se uma heterogeneidade na distribuição, visto que nas “Engenharias” e na “Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação’ há predominância de homens, tanto na discência quanto na docência.

Ademais, observando-se os resultados da pesquisa da UPM, é possível retomar a realidade apresentada pelo texto “A Mulher no Ensino Superior: Distribuição e Representatividade” de Andreia Barreto (2014), em que os estereótipos atribuídos a cada gênero culturalmente no Brasil definem as ocupações no mercado de trabalho e nas universidades. Nos resultados positivos obtidos, há a predominância das profissões do “cuidado”, função essa definida pela sociedade brasileira como da mulher, ou seja, essa cultura enraizada nas dinâmicas sociais permite a predominância feminina apenas em cursos que chancelam esse sistema. Em contrapartida, nos resultados negativos obtidos, há a predominância das profissões técnicas como as engenharias, Química, os cursos da Faculdade de Computação e Informática e profissões relacionadas a liderança e rígido posicionamento como Direito, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Jornalismo, características essas definidas como vocações masculinas.

Os resultados evidenciam uma distribuição bastante desigual, indicando que determinados cursos permanecem predominantemente masculinos enquanto outros apresentam maioria feminina. Retomando a discussão de Hirata e Kergoat (2007), sabe-se que tal distribuição é resultado de uma construção social da divisão sexual do trabalho e não decorre de diferenças biológicas entre os sexos.

Além disso, cargos de prestígio e poder — desde a docência até a diretoria da faculdade — são, há séculos na cultura ocidental, vistos como pertencente majoritariamente aos homens. A exemplo da Medusa, nas mitologias gregas, que tinha seu poder considerado ilegítimo, como mencionado pela autora Mary Beard (2018). Sendo importante também destacar que as excepcionais mulheres que chegam a um cargo de poder "são vistas como tendo ultrapassado os limites ou se apossado de algo que não tem direito" (*idem*, 2018, p.47). Junto a isso, observa-se, portanto, que quanto maior o cargo — na hierarquia da UPM — menor a quantidade de mulheres.

Isto posto, constata-se que a universidade é um espaço historicamente programado para estabelecer relações de poder que privilegiam os homens e seus legados. Nessa realidade dos fatos, quando se trata do processo pedagógico de ensino e aprendizagem, de disponibilização, compartilhamento e construção de repertórios e referências, as bases teóricas apresentadas são, em sua maioria, reconhecidas por homens, o que gera uma invisibilidade e apagamento da memória feminina nessas áreas do conhecimento. Assim, são preservadas apenas as narrativas que são convenientes, com exceções de algumas poucas mulheres que se destacam em seus meios.

Na Arquitetura e Urbanismo, por exemplo, essa lógica manifesta-se de forma evidente que as mulheres mencionadas e estudadas são consideradas excepcionalidades ou figuras extraordinárias dentro do campo — Lina Bo Bardi e Zaha Haddid como exemplos — em vez de participantes reconhecidas e incorporadas na criação de repertório do corpo discente.

Dessa forma, ao ter um contato constante, durante os cinco anos de graduação, com referências predominantemente masculinas, além de um corpo docente equivalente, cria-se uma percepção de que os protagonistas da profissão são do gênero masculino, mesmo que inconsciente e não intencional. Tal fator pode ser ainda mais problematizado ao analisar o corpo discente como sendo majoritariamente feminino, abalando a percepção de pertencimento dessas alunas na área de conhecimento em que estão inseridas. Ou seja, retomando o conceito de representatividade de Djamila Ribeiro (2019), a questão do pertencimento mencionado não está apenas relacionada a proporção numérica de mulheres, mas está intrínseca ao processo de construção de conhecimento condicionada a diferentes perspectivas e produções intelectuais.

Ampliar as referências femininas, tanto na docência, quanto na construção de repertório, além de promover uma equidade de gênero, incorpora trajetórias historicamente invisibilizadas e gera uma noção de pertencimento às mulheres do corpo discente do curso. Preserva-se assim, uma memória institucional constantemente negligenciada e evidencia-se as mulheres que influenciaram na produção arquitetônica e acadêmica brasileira. Portanto,

como mencionado, trata-se de reconhecer que a democratização da Universidade passa também pela democratização das narrativas que a constituem.

4. REFERÊNCIAS

BARRETO, Andreia. **A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade**. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n.6, jul./dez. 2014.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder: um manifesto**. Tradução: Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas,** [S. l.], p. 9, 1999. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11950. Acesso em: 25 mar. 2026.

CHCM. Mackenzie. **Prospecto Instituto Mackenzie 1949-1950**, BR_CHCM_01_MAC_GTX_0010374_Prospecto, 1949. Disponível em: https://abcd.mackenzie.br/viewer/?pdffile=collection/grafico_textual/BR_CHCM_01_MAC_01_GTX_0010374_PROSPECTO.pdf&base=arquivo. Acesso em: 01 jul. 2026.

CHCM. Mackenzie. **[Quadro de Pessoal Docente em Exercício e Licenciado de Julho 1987]**, CHCM_GTX_0001050_Lista, jul 1987. Disponível em: https://abcd.mackenzie.br/viewer/?pdffile=collection/grafico_textual/CHCM_GTX_0001050_LISTA.pdf&base=arquivo. Acesso em: 01 jul. 2026.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Censo 2020**. Brasília, DF: CAU/BR, 2020. Disponível em: https://caubr.gov.br/censo2020/. Acesso em: 20 abr. 2026.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/. Acesso em: 13 ago. 2026.

INEP– INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Painel Estatístico: Censo da Educação Superior**. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjliIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54. Acesso em: 15 nov. 2025.

LIMA, Ana Gabriela Godinho. **Revendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Perseverança e resistência: a engenharia como profissão feminina**. 2005. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (UPM). Portal Mackenzie; Graduação; Universidade - Campus Higienópolis; Curso; Corpo Docente. Disponível em: mackenzie.br. Acesso em: 15 set. 2025.

Contatos: 10435872@mackenzista.com.br e bianca.silva@mackenzie.br